

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.977 - SP (2019/0043827-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE : PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL PROS
ADVOGADOS : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA -
GO033670
MARCOS PAULO ALVES DE ASSUNCAO - GO045130
CAMILA DUFROYER COELHO SILVEIRA - GO049177
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. PRETENSÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO ORDINÁRIO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DESTE TRIBUNAL SUPERIOR EXPRESSAMENTE PREVISTA NO ART. 105, I, b DA CF/1988. HIPÓTESE AUSENTE NOS AUTOS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. SEGURANÇA DENEGADA, NOS TERMOS DO ART. 6º, § 5º. DA LEI 12.016/2009. PREJUDICADA A ANÁLISE DA PROVIDÊNCIA ACAUTELATÓRIA.

1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL-PROS contra julgamento colegiado realizado pelo Órgão Especial do egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que concedeu liminar em outro mandado de segurança, cuja ementa foi assim redigida:

MANDADO DE SEGURANÇA - Análise completa da liminar pelo Colegiado, nos termos do art. 168, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça - Presença dos requisitos legais - Vacância do cargo de Deputado Estadual por renúncia para assumir a posição de Deputado Federal - Convocação do suplente que, antes do surgimento da vaga, filiou-se a outro partido - Chamamento do mais votado da coligação ou partido - Notícia de inexistência de coligação pelo Partido impetrante nas respectivas eleições - Colocação que, pelo atual entendimento jurisprudencial, pertence ao partido pelo qual o candidato foi eleito - Concessão da liminar para, mantendo a parte inicial que impediu a posse do suplente indicado na exordial, permitir a convocação do próximo suplente da lista do partido impetrante (fls. 116).

2. Aponta, em sua petição inicial, que a concessão da liminar no Mandado de Segurança originário, impetrado pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO, contra ato do Presidente da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO,

impedindo a posse do parlamentar, representado pela agremiação ora impetrante, no mandato de Deputado Estadual, fundado na alegação de infidelidade partidária, pois estava na condição de 1o. Suplente, afronta o seu direito líquido e certo conseguido mediante o sufrágio popular.

3. Pleiteia, pois, a concessão de medida liminar para suspender o julgado impetrado, assegurando ao Sr. JOÃO BERNARDINO LEITE, representado pela agremiação ora impetrante, à posse no mandato de Deputado Estadual, sob pena de multa diária e, ao final, pugna pela confirmação de liminar, declarando que o acórdão impetrado violou o direito líquido e certo daquele Parlamentar.

4. É o relatório.

5. Em que pese a petição inicial qualificar o presente como Mandado de Segurança excepcional, porquanto substitutivo do Recurso Ordinário; para que haja a impetração originária perante esta Corte Superior, há a necessidade de que a autoridade impetrada seja uma daquelas elencadas no art. 105, I, *b* da CF/1988, o qual expressamente prevê:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

6. Desta maneira, não se verifica dentre as autoridades passíveis de sindicância originária nesta Corte, pela via mandamental, a presença da parte impetrada, razão pela qual deve ser indeferida a petição inicial, dada a incompetência originária deste Superior Tribunal de Justiça.

7. Ante o exposto, denega-se a segurança pleiteada, nos termos do at. 6o., § 5o. da Lei 12.016/2009, dada a incompetência originária deste

Colendo STJ, prejudicada ainda, a apreciação da providência acautelatória.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

